



## ARRANJOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Germana Platão Rocha  
Outubro de 2020  
Caldas / MG

A agricultura urbana existe em Belo Horizonte desde a sua constituição, em 1893. As famílias que ali moravam carregavam com elas a tradição de produzir alimentos, plantas medicinais em pequenos espaços como quintais, roças e lotes vagos.

A partir do ano de 1993, programas governamentais de agricultura urbana começam a se estruturar no município no âmbito da Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB) por meio de programas como Hortas Comunitárias, Hortas Escolares, Pró-Pomar, Plantio em Espaços Alternativos, Centro de Vivência Agroecológica (CEVAE), Restaurante Popular, Programa Abastecer (sacolões que ofereciam variedades de alimentos e garantiam regulação no preço dos produtos). Antes disso, políticas públicas voltadas para a alimentação estavam embutidas em outras secretarias, ainda não havia um órgão específico que tratasse dessa temática. Somente após 1993, por meio da SMAB (inicialmente pautadas pelo conceito de abastecimento e, posteriormente, pelo conceito de segurança alimentar e nutricional) passam a ganhar centralidade no município com a constituição de políticas públicas específicas.

Cria-se, também, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que possibilitou diálogos entre a SMAB e a sociedade civil. Prefeitura e organizações da sociedade civil (FETAEMG/Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Minas Gerais, Rede de Intercâmbio, Cáritas, Comissão Pastoral da Terra/CPT, entre outras) se juntam para a construção de diretrizes para as iniciativas citadas acima. Nesses encontros participavam pessoas com históricos de atuação frente à agroecologia, agricultura familiar e agricultura urbana, o que qualificou a criação dessas políticas.

Iniciativas da sociedade civil se organizam, principalmente, a partir dos anos 2000, com a atuação de Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE-Agroecologia no Campo e na

Cidade) e desenvolvem ações como Encontro de Quintais, Encontros da Agricultura Urbana, Intercâmbios entre agricultoras (es) e mutirões para plantio de hortas comunitárias. A REDE é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada em 1986, que tem como missão contribuir para a construção de uma sociedade sustentável e para a melhoria da qualidade de vida de comunidades do campo e da cidade, por meio do fortalecimento da agroecologia e da agricultura urbana.

Nesse contexto de mobilização da sociedade civil em torno da agricultura urbana surgiu a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) no ano de 2004. A AMAU é um coletivo de pessoas, grupos comunitários, organizações, pastorais e movimentos sociais que desenvolvem e apoiam iniciativas de agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse grupo promoveu, em 2004, a “Caravana Dignidade e Vida – Segurança Alimentar e Agricultura Urbana – Região Metropolitana de Belo Horizonte”, que caracterizou 23 iniciativas de agricultura urbana na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Como resultado dessa Caravana, foi formada, ainda em 2004, a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana como um espaço permanente de encontro, intercâmbio e fortalecimento de grupos e organizações da sociedade civil da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

Belo Horizonte, além das organizações da sociedade civil citadas acima, começou a estabelecer conexões com fóruns e redes estaduais e nacionais, como o caso da Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSANS). A Cooperação Internacional também foi fundamental na concretização da agricultura urbana e valorização da segurança alimentar e nutricional na RMBH através dos Programas Cidade Cultivando para o Futuro (CCF) e Da Semente à Mesa, além do Plano de Ação de Agricultura Urbana de Belo Horizonte.

Em setembro de 2011, temos a criação da Lei nº 10.255, que institui a “Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e dá outras providências” como parte integrante da política municipal de abastecimento, em harmonia com a política urbana e voltada para a segurança alimentar e nutricional da população, em bases sustentáveis. Por essa lei, entende-se

*como agricultura urbana o conjunto de atividades de cultivo de hortaliças, de plantas medicinais, de espécies frutíferas, de flores, de manejo florestal, bem como a criação de animais, a piscicultura e a produção artesanal de alimentos e bebidas para o consumo humano, a troca, a doação, a comercialização e a prestação de serviços.*

Nos últimos anos, Belo Horizonte centrou esforços em uma reestruturação da política de agricultura urbana, das concepções conceituais até as práticas em campo, colocando a agroecologia no centro, como princípio transversal para toda a política, não só de agricultura urbana, mas de segurança alimentar e nutricional. Essa atuação se traduz com o fortalecimento institucional das áreas de Fomento e Comercialização, com a criação de uma estrutura administrativa que articula essas duas temáticas e com a ampliação de equipe e orçamento, e, na prática, com a criação de cursos de formação em agroecologia e de promotores agroecológicos.

Um exemplo desses resultados foi o reordenamento de fluxos e o procedimento de implantação e manutenção de Unidades Produtivas de Agricultura Urbana e Programa de Agroflorestas, visando a difusão e facilitação do acesso, assim como a promoção do direito humano à alimentação adequada. Além disso, Belo Horizonte também demonstra inovação com relação à implementação de programas no município, mantendo constante diálogo entre poder público e a sociedade civil, incluindo sessões e consultas públicas nos processos de definição e construção da política, envolvendo instituições, cooperativas e associações e tendo uma atuação mais contextualizada e afinada com as necessidades locais e regionais.

Diante desse contexto, apresentamos iniciativas inovadoras desenvolvidas no município de Belo Horizonte e que contribuem para o fomento e visibilidade da agricultura urbana, agroecologia e segurança alimentar e nutricional.

### **Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana (CAFA)**

A CAFA surge de um entendimento da política municipal de segurança alimentar de Belo Horizonte de que é preciso qualificar a logística de armazenamento e distribuição de alimentos da agricultura familiar e facilitar a aproximação dos agricultores familiares e urbanos com o mercado urbano. Com base neste entendimento, foi concedido um equipamento com este fim, além do estímulo à produção agroecológica e orgânica, ao cooperativismo e à ampliação do consumo de alimentos saudáveis. A primeira ação no sentido da consolidação dessa estratégia foi um processo de consulta pública aberto às cooperativas singulares, centrais de cooperativas ou redes de cooperativas para a obtenção de estudos, levantamentos e dados técnicos necessários à estruturação de chamamento público de seleção de Cooperativa ou Rede de Cooperativa para a gestão, qualificação e manutenção do espaço proposto (CONSULTA PÚBLICA SMASAC/SUSAN/PBH N°01/2018). A partir da consulta, foi elaborado o edital de Chamamento Público para que

organizações interessadas apresentassem propostas de utilização do espaço (CHAMAMENTO PÚBLICO SMASAC Nº 007/2019). A conclusão do processo foi a cessão de um equipamento público para uma rede de cooperativas que reúne, entre permissionárias, parceiras e apoiadoras, cerca de 90 organizações de todo o estado.

Sabe-se que Belo Horizonte possui uma rede municipal de ensino com número superior a 500 estabelecimentos referentes à Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos. No entanto, essas unidades estão distribuídas por toda a cidade (que possui uma grande extensão territorial e uma ampla densidade de urbanização que propicia um sistema de trânsito complexo e sobrecarregado). Nesse sentido, a Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana (CAFA) tem objetivo também de atender o mercado institucional com o fornecimento de alimentos saudáveis aos programas constituintes da política municipal de segurança alimentar, como a alimentação escolar.

Dessa forma, a CAFA pode fortalecer a produção local de alimentos na região metropolitana de Belo Horizonte, facilitando a aquisição de produtos da agricultura familiar, promovendo a agroecologia e a segurança alimentar e nutricional sustentável, além de estimular o desenvolvimento agrícola do estado de Minas Gerais. Atua, além disso, no beneficiamento, no armazenamento e na distribuição de produtos *in natura* ou *agroindustrializados* de cooperativas da agricultura familiar e urbana. Tem a missão de proporcionar suporte comercial às organizações vinculadas à Rede Sisal (Circuitos de Comercialização Solidária da Agricultura Familiar e Urbana), seus produtores e suas comunidades, de forma a ampliar suas capacidades de acesso aos mercados institucionais e convencionais numa perspectiva de fortalecimento da solidariedade. A CAFA possui infraestruturas de agroindústria, cozinha pedagógica, espaço de armazenamento e de estoque, câmara fria, caminhão e prestação de serviços.

A CAFA observa as seguintes diretrizes:

- garantir o acesso da população a alimentos da Agricultura Familiar e Urbana;
- facilitar a aquisição dos produtos da Agricultura Familiar por parte da Prefeitura de Belo Horizonte no âmbito do PAA e PNAE;
- promover a agroecologia através do acesso a mercados e à comercialização dos produtos oriundos da Agricultura Urbana e da Agricultura Familiar;
- fortalecer e integrar as cooperativas da Agricultura Familiar e aproximá-las com a Prefeitura de Belo Horizonte;

- fomentar o desenvolvimento rural por meio de políticas que valorizem a igualdade de gênero, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento territorial.

### **Sistema participativo de certificação**

Com o aumento da produção e dos interesses de consumo e de mercado, além de todo o aspecto ambiental e social que a produção de orgânicos representa, as autoridades mundiais começaram a regular essa atividade. Logo, foram elaboradas legislações para regulamentar e orientar a produção dos alimentos orgânicos no Brasil. O órgão regulador é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Nesse sentido, torna-se necessário realizar a avaliação de conformidade da produção orgânica através de um processo sistematizado, com regras estabelecidas em leis, decretos e instruções normativas, devidamente monitorada, de forma a propiciar adequado grau de confiança de que um produto, processo ou serviço, ou ainda um profissional, atenda aos requisitos estabelecidos por normas ou regulamentos (SILVA, et al., 2019).

A avaliação da conformidade pode ser participativa, ou seja, participam grupos de produtoras/es compartilhando as responsabilidades com técnicas/os, comerciantes e consumidoras/es para verificação e decisão da conformidade orgânica a partir da criação do Sistema Participativo de Garantia (SPG). O SPG é um mecanismo que integra o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG/MAPA) previsto no Decreto nº 6.323/2007 e regulamenta a Lei nº 10.831/2003 sobre a agricultura orgânica. Esse mecanismo permite a garantia da qualidade da produção orgânica e agroecológica através de grupos de agricultoras/es juntamente com outros atores sociais locais, tendo como princípio o controle social e a responsabilidade solidária (SILVA, et al., 2019).

Em 2017, no âmbito de debates e esforços para a construção de um plano de ações integradas e intersetoriais para a promoção da agroecologia na RMBH, a Rede Urbana de Agroecologia - R.U.A. Metropolitana indicou o Sistema Participativo de Garantia como agenda convergente de trabalho para 2017/2018. No mesmo período, a prefeitura de Belo Horizonte, por meio da SUSAN, inicia diálogos institucionais com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), de forma ainda incipiente, pensando em estratégias de ampliação da produção de alimentos saudáveis na RMBH com vistas ao mercado consumidor de Belo Horizonte. Os diálogos entre diversos atores sociais e políticos culminaram na realização do I Encontro Regional sobre SPG RMBH em abril de 2018. Nesse encontro foram criados oito núcleos compostos por

agricultoras/es, colaboradoras/es, organizações sociais e instituições públicas e privadas para constituição do SPG RMBH. Além da/os agricultora/es, o SPG RMBH conta com uma rede de organizações colaboradoras: Prefeituras da RMBH; EMATER-MG; AUÊ! UFMG; EPAMIG; Fundação Oswaldo Cruz, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade. Ademais, uma rede de colaboração vem sendo instituída e conta com a participação de associações, de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), de sindicatos, de movimentos sociais, de cooperativas, de Conselhos Comunitários, de institutos e outros.

Portanto, a interação em rede entre esses diversos atores para a construção do SPG RMBH possibilitou a realização do Seminário sobre Sistemas Alimentares durante o IV Encontro Nacional de Agroecologia (IV ENA), realizado em Belo Horizonte em junho de 2018. Neste evento ocorreu a Assinatura do Protocolo de Intenções entre o município de Belo Horizonte e parceiros para o estabelecimento de cooperação institucional, Colar e entorno de Belo Horizonte, com vistas à implantação do Sistema Participativo de Garantia (SPG).

O protocolo é coordenado, acompanhado e fiscalizado por um comitê gestor composto pelos partícipes signatários iniciais: Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC/PBH), Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), Companhia de Saneamento de Minas Gerais, (COPASA), Instituto René Rachou (Fiocruz Minas), ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), e ainda, por dois representantes da sociedade civil, indicados respectivamente pela Rede Urbana de Agroecologia - RUA Metropolitana, e pela Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU, com o apoio da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Nomeada Associação Horizontes Agroecológicos, sua assembleia de fundação ocorreu no dia 16 de outubro de 2019, com aprovação do estatuto e adesão de 88 (oitenta e oito) agricultoras/es. O Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), conforme previsto no estatuto da associação será um departamento com a finalidade de assumir a responsabilidade legal pelo conjunto de atividades desenvolvidas no Sistema Participativo de Garantia da Qualidade Orgânica (SPG) da RMBH, composto por Comissão de Avaliação e Conselho de Recurso. Espera-se, com a associação, uma continuidade na elaboração e apresentação de documentos para credenciamento do OPAC junto ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Os rumos da associação vêm sendo decididos em uma instância chamada de “Conselho Ampliado”, composto pela diretoria, coordenadoras(es) de núcleos e instituições de apoio (especialmente AUÊ, REDE e SUSAN/PBH), dando continuidade à construção coletiva do processo dentro das possibilidades da conjuntura atual. Para alcançar êxito nessa jornada, o Conselho Ampliado tem se desdobrado na busca pelo aperfeiçoamento nas comunicações internas e externas, estudo de estratégias, compreensão da legislação, formação de Grupos de Trabalho (GTs) para lidar com demandas distintas que têm surgido ao longo da caminhada, construção de processos de compras coletivas de insumos e abertura de canais de comercialização em rede, especialmente por meio da Rede Sisal - rede de cooperação composta por dezenas de organizações do estado de MG na gestão da Central de Abastecimento da Agricultura Familiar e Urbana (CAFA).

### **Centro de referência em segurança alimentar e nutricional (Mercado Popular da Lagoinha)**

É um equipamento da política municipal de segurança alimentar e nutricional de Belo Horizonte. Tem como objetivo estratégico difundir práticas alimentares saudáveis, orientadas pelos conhecimentos da nutrição e da gastronomia, valorizando a agroecologia, as tradições culturais e o desenvolvimento de habilidades culinárias, por meio da qualificação profissional e de estratégias de educação alimentar e nutricional.

Atualmente, o Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (Mercado Popular da Lagoinha) constitui um espaço de integração de políticas de segurança alimentar e nutricional, em especial as ações do Programa de Mobilização e Educação para o Consumo Alimentar e as ações do Programa Valorizar a Gastronomia Mineira e Belo-horizontina articulada às Bases da Agroecologia. No âmbito do programa, são desenvolvidas formações em três **Trilhas gastronômicas** e ainda, de forma pioneira, a **Trilha da agroecologia**.

**Trilhas gastronômicas** - as atividades de formação e qualificação profissional são desenvolvidas no Mercado Popular da Lagoinha desde o ano de 2000. Sob a coordenação do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional, foi reformulado como o Programa Valorizar a Gastronomia articulada às Bases da Agroecologia. Atualmente o programa conta com a oferta de cursos de formação e qualificação profissional em quatro grandes áreas de conhecimento gastronômico e culinário: agroecologia, panificação, confeitaria e gastronomia mineira e belo-horizontina. Estas temáticas compõem os seus currículos de maneira articulada. Vários cursos de curta e média duração oferecem à população da cidade possibilidades de formação rápida e compatível com as necessidades do mercado de trabalho. Muitas parcerias foram promovidas com o

objetivo de atender grupos em situação de vulnerabilidade social e também de sanar carências em campos de formação e qualificação para o mercado de trabalho no município. Este processo foi abraçado por outras Secretarias e Subsecretarias Municipais e também dentro da própria Secretaria de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, integrando parceiros e colaboradores para o êxito das atividades de formação e qualificação profissional. Dentre elas, destacam-se: Secretaria Municipal de Educação com interface direta da Gerência de Educação de Jovens e Adultos (GERJA); Coordenação de Educação Alimentar e Nutricional (EAN); Serviço de apoio às pequenas e microempresas (SEBRAE), dentre outros parceiros e colaboradores.

O curso atende os seguintes públicos: comunidade do entorno, na região da Lagoinha, encaminhada pelos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, Vila dos Passos e Pedreira Prado Lopes; população LGBT, encaminhada pelo Centro de Referência LGBT; população em situação de rua, encaminhada pelos Centros de Referência Especializado da População em Situação de Rua – Centros POP; usuários dos Centros de Convivência de Pessoas com Deficiência; e estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte.

**Trilha da agroecologia** - um dos cursos de formação do Programa Valorizar a Gastronomia Mineira e Belo-horizontina articulada às Bases da Agroecologia, que também promove qualificação profissional nas áreas de culinária mineira, panificação, confeitaria e empreendedorismo gastronômico. A **Trilha da agroecologia** é gratuita e tem por objetivo promover a qualificação e formação de agentes multiplicadores e promotores dos princípios, fundamentos e práticas da agroecologia na perspectiva da construção de uma cidade sustentável. A cada semestre, desde 2018, são ofertadas duas turmas, totalizando 150 vagas, com encontros semanais, no Centro de Referência em Segurança Alimentar - CRSA, localizado na Avenida Presidente Antônio Carlos, 821 – Lagoinha. A Trilha é composta por 15 encontros, distribuídos em módulos temáticos, contando com instrutores e instrutoras técnicos da PBH e também colaboradoras e colaboradores especialistas e mestres do saber popular. O plano pedagógico do curso é estruturado com metodologias participativas, interativas e dialógicas, com aulas teóricas e práticas, promovendo o debate e a troca de conhecimentos entre cursistas e instrutores/as ao longo dos módulos. Ao fim, espera-se que os participantes do curso tenham um aprofundamento em temas relacionados à agroecologia e à agricultura urbana, tanto nos aspectos técnicos de manejo quanto nas questões conceituais e filosóficas.



Módulos:

- Introdução à agroecologia
- Manejo agroecológico de agroecossistemas I – equilíbrio do sistema
- Manejo agroecológico de agroecossistemas II – fertilidade do sistema
- Compostagem, minhocário e biofertilizantes (Prática)
- Manejo agroecológico de pragas e doenças (Prática)
- Plantas alimentícias tradicionais e não convencionais (PANC's);
- Hortas urbanas e jardinagem produtiva
- Plantas medicinais e agroecologia
- Saúde e agroecologia
- Manejo agroecológico das águas
- Sistemas agroflorestais
- Agrobiodiversidade e sementes
- Gestão de resíduos e agroecologia
- Visita de intercâmbio
- Avaliação final

Em 2020 foram estabelecidos critérios classificatórios a fim de priorizar o atendimento a públicos específicos, como servidores, profissionais da educação, produtores de alimentos e outros potenciais multiplicadores da formação. Os critérios e a porcentagem de vagas garantidas para cada categoria seguem descritos abaixo:

- 30% - ampla concorrência
- 20% - produtores e produtoras de sistemas agroecológicos atendidos pela SUSAN e Agricultores/as de BH e RMBH (desde que integrante do Sistema Participativo de Garantia);
- 20% - servidores públicos de qualquer esfera
- 20% - profissionais da educação (professores, pesquisadores, etc)
- 10% - organizações, fóruns e coletivos da sociedade civil atuantes no tema

## **Direto da roça**

Criado há 22 anos, tem como objetivo a comercialização direta entre consumidoras/es e agricultoras/es familiares, assim como suas formas associativas, constituindo uma alternativa de escoamento da produção regional, evitando intermediários e atravessadores e permitindo preços mais justos. Atualmente, o programa beneficia 30 agricultoras/es familiares, em sua maioria provenientes da região e do colar metropolitano de Belo Horizonte, cuja produção é ofertada normalmente em 38 pontos ativos, dos 62 pontos de comercialização distribuídos em 07 regionais.

## **Feira orgânica**

Criada em 2002, visa à comercialização varejista de produtos orgânicos e tem por objetivos principais: possibilitar às/aos consumidoras/es a aquisição de produtos com rastreabilidade de origem orgânica, certificada por instituição reconhecida pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) a preços acessíveis; e promover a comercialização direta de agricultoras/es, preferencialmente filiadas/os a associações. Recentemente foi finalizado um chamamento público que possibilitou uma ampliação de 61,5% nos pontos de comercialização, passando de 13 para 21 pontos, ocupados por 08 agricultoras/es.

## **Mercado de Santa Tereza e feira coberta do Padre Eustáquio**

Em setembro de 2017, através da publicação do Decreto Municipal nº 16.726, foi instituído um grupo de trabalho formado por representantes de diversas secretarias do município com o objetivo de identificar oportunidades para o desenvolvimento econômico, social e sustentável e que propiciar a recuperação dos mercados municipais como ponto de convivência para a comunidade. Também objetivava definir diretrizes e políticas públicas para a revitalização dos espaços, preservando as funções de mercado, com melhoria na conservação e na manutenção.

Criado em 1974, com quase cem pontos de venda, o Mercado de Santa Tereza conta com área aproximada de 5 mil metros. Desde o fechamento, em 2007, foram estudadas diferentes propostas de ocupação para o espaço. Por sua vez, a feira do Padre Eustáquio possui 70 anos de existência e área aproximada de 3.500 metros quadrados - parte do espaço é reservada ao centro cultural do bairro.

Em 2018 foi realizado um procedimento de manifestação de interesse a fim de obter estudos, levantamentos, dados técnicos e outras informações necessárias à estruturação do projeto de concessão comum para o Mercado de Santa Tereza e da Feira Coberta do Padre Eustáquio. O intuito era promover o desenvolvimento econômico, social e sustentável. No início de 2020, foi publicada no Diário Oficial do Município a Lei nº 11.219, de 12 de fevereiro de 2020 que autoriza o Poder Executivo a outorgar concessão comum de mercados municipais. Então, através de um edital publicado em junho de 2020 (CONCORRÊNCIA nº 001/2020 - Processo nº 01.015746.20.61) houve abertura para concorrência na concessão para gestão, reforma, requalificação e manutenção do Mercado Distrital de Santa Tereza e da Feira Coberta do Bairro Padre Eustáquio do Município de Belo Horizonte, e, a título de contrapartida, a construção do novo Centro Cultural Padre Eustáquio. A proposta foi apresentada por um consórcio de cinco empresas, que pretende administrar os espaços ao longo de 25 anos. O investimento será de R\$ 305 mil por ano.

A concessionária tem a obrigação, resguardada em lei, de garantir as funções típicas de mercado (Lei nº 11.219, de 12 de fevereiro de 2020), como:

- contribuir para o abastecimento da cidade;
- oferecer à população produtos da cesta básica e hortifrutigranjeiros de qualidade;
- contribuir com a regulação do mercado de abastecimento em termos de qualidade, preço e disponibilidade;
- difundir a culinária de Minas Gerais;
- comercializar artesanato que represente a diversidade cultural mineira e belo-horizontina;
- ter uma referência de lazer e cultura na cidade;
- oferecer opções de alimentos orgânicos e agroecológicos para a população;
- contribuir para a comercialização de alimentos, orgânicos e agroecológicos, *in natura* e processados, oriundos de assentamentos da reforma agrária, da produção regional e realizada em áreas urbanas e periurbanas, fortalecendo as rotas curtas de comercialização;
- contribuir para a comercialização de produtos provenientes de grupos que se organizam pelos princípios da economia solidária;
- ofertar à população alimentos com certificação de origem;
- contribuir para o desenvolvimento territorial, social, local e regional.

Cada mercado possui um comitê de relações comunitárias a fim de discutir seu funcionamento, colaborar na elaboração do regimento interno e representar os interesses da comunidade quanto à utilização dos mercados.

### **Programa Territórios Sustentáveis**

O Programa Territórios Sustentáveis é uma iniciativa da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) em que o poder público municipal se coloca como indutor do desenvolvimento local a partir de ações participativas de segurança alimentar e nutricional com foco na agricultura urbana e agroecologia, articulando parcerias com diversas políticas públicas e iniciativas da sociedade para a promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios. O programa tem o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável em territórios socialmente vulneráveis, especialmente bairros populares, vilas e ocupações de Belo Horizonte. Sua atuação diz respeito à segurança alimentar e nutricional a partir do fomento à agricultura urbana e agroecologia, promovendo melhoria da condição alimentar e nutricional, geração de renda, conservação ambiental, inclusão e organização social, e desencadeando um processo de articulação intersetorial para o planejamento integral e participativo dos territórios. Quatro territórios foram selecionados para atuação, sendo três ocupações urbanas e um quilombo. São eles: Esperança, Rosa Leão, Vitória e Quilombo Mangueiras.

Dentre os objetivos específicos estão a implantação de espaços de produção agroecológica através de hortas comunitárias, quintais produtivos, hortas escolares e institucionais, pomares, plantio em espaços alternativos, banco de sementes, compostagem, viveiros e agroindústrias; o mapeamento de iniciativas de agricultura urbana e de agroecologia em cada um dos territórios, construindo um mapa dessas iniciativas; e a promoção de geração de renda através do estímulo à produção planejada e articulada com as ações de comercialização de alimentos da PBH e outros arranjos locais. Além disso, o programa objetiva desenvolver processos de formação (oficinas, dias de campo, intercâmbios e minicursos) com os moradores dos territórios na perspectiva da educação popular em temas pertinentes aos objetivos do programa, como agroecologia, sustentabilidade, associativismo e cooperativismo, comercialização, economia popular e solidária e educação alimentar e nutricional. Nesse sentido, foi desenvolvido o curso de "Promotores Agroecológicos", uma formação baseada na metodologia "Campeño a campeño", visando à formação de pessoas e

equipes capacitadas para difundir os saberes e práticas da agroecologia, assim como sua assistência técnica para a produção sustentável de alimentos.

### **Referências:**

OLIVEIRA ALMEIDA, D. A.; PINHEIRO EUCLYDES, A. C. “Metrópole em transição: planejamento metropolitano e agroecologia na construção de uma agenda comum para as agriculturas da RMBH”. In: **Agência de Desenvolvimento da RMBH**. Pensar metropolitano [recurso eletrônico]: 10 anos de implantação da agência RMBH / organizado por Diego Pessoa Santos e outros. – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Agência de Desenvolvimento da RMBH, 2019.

SILVA, A. C. F.; REIS, T. M. dos.; ORNELAS, G. M. **Participação e certificação orgânica: Redes Agroecológicas na construção do Sistema Participativo de Garantia da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. IX SINGA, 2019.

## Agricultura Urbana

Fonte: SUSAN



**Programa Valorizar a Gastronomia Mineira e Belo-horizontina  
articulada às Bases da Agroecologia**

Fonte: SUSAN

